

## O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: SUAS ORIGENS, PRINCÍPIOS E PROGRAMA

*Selmo Nascimento da Silva*

Doutor em História Social pela UFF. Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II, pesquisador do Núcleo de Estudos do Poder (NEP/CDPA-UFRRJ).

Numa referência à crise do sindicalismo contemporâneo, o sociólogo Giovanni Alves observa que:

no contexto de crise e reestruturação do capitalismo tardio que ocorre o abandono, por parte dos sindicatos dos países capitalistas mais desenvolvidos, do sindicalismo de classe, que marcaram tanto os anos 60 e 70, em particular na França e Itália, onde eles foram muito fortes. O que tende a predominar é o sindicalismo neocorporativista e de participação, cujo modelo clássico é o caso alemão. (Alves, 2003: 15).

Esse trecho é ilustrativo do debate aqui apresentado, pois nele Alves faz referência a vários modelos de sindicalismo, cuja distinção é feita em termos de concepção político-ideológica e prática sindical, ou seja, *sindicalismo de classe* e *sindicalismo neocorporativista*, e também tendo por referência a nacionalidade, a indicação do domínio do *sindicalismo de classe* na França e Itália, e da existência de um “modelo clássico” de *sindicalismo corporativo* na Alemanha. Também é comum utilizar a noção de *sindicalismo norte-americano* como sinônimo de concepções e práticas sindicais conservadoras e corporativistas.

De fato, não é nenhuma novidade em si a constatação da existência de diferentes modelos de organização sindical. A noção de “modelo de movimento operário ou sindicalismo” elaborada pelo sociólogo francês Alain Bihr é fundamental para o debate aqui proposto.

Por modelo do movimento operário, entendemos certa configuração deste, caracterizada ao mesmo tempo por formas organizacionais, institucionais e ideológicas determinadas, assim como por seu arranjo de acordo com uma estrutura característica. Essas formas e esse arranjo correspondem sempre a uma estratégia dominante na luta de classe do proletariado, a uma concretização histórica particular de seu projeto de emancipação, em relação a um aspecto particular da luta de classes, dando nascimento a uma forma original de desenvolvimento do capitalismo. (Bihr, 1998: 19).

O sociólogo articula no seu conceito de modelo de sindicalismo dimensões objetivas e subjetivas. As formas organizacionais, institucionais e ideológicas são

vinculadas às estratégias de ação e aos projetos emancipacionistas, cujo sentido se encontra na forma como a sua inserção na luta de classe é capaz de influenciar o desenvolvimento do próprio sistema capitalista. Portanto, os modelos de sindicalismo não são somente determinados pelas forças objetivas do capitalismo, mas também se constituem enquanto forças objetivas no desenvolvimento do capital e, conseqüentemente, das próprias crises do capital.

A partir dessa perspectiva analítica, Bihr afirma que no século XX o sindicalismo, enquanto fenômeno global, esteve diante de duas alternativas históricas: o sindicalismo social-democrata e o sindicalismo revolucionário. O primeiro se tornaria hegemônico principalmente depois da II Guerra Mundial e sua principal característica seria a defesa de um projeto de emancipação centrado num tipo de *fetichismo de Estado*, que se expressa, antes de tudo, na perspectiva de que o proletariado pode “emancipar-se do capitalismo de Estado, emancipando o Estado do capitalismo” (Bihr, 1998: 20). Por sua vez, o sindicalismo revolucionário seria “rigorosamente contra qualquer ato de recorrer ao Estado para garantir a salvação do proletariado” (Bihr, 1998: 26). E conclui estabelecendo a seguinte diferença entre esses dois modelos do movimento operário:

A diferença radical entre sindicalismo revolucionário e sindicalismo social-democrata dava-se, de fato, neste ponto essencial: a autonomia estratégica, organizacional e cultural dos sindicatos reconhecida pelo primeiro e negada pelo segundo que, em última análise, reduzia os sindicatos à função de “correia de transmissão” do partido. (Bihr, 1998: 29).

O presente artigo, tem o objetivo de lançar luz sobre o modelo de sindicalismo revolucionário, buscando suas origens históricas no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada na Europa em 1864, seus princípios e seu programa.

### **1. A gênese dos modelos do sindicalismo: as tendências no interior da AIT**

O anarquista brasileiro Edgard Leuenroth (1881-1968), em um de seus vários artigos publicados no jornal anarquista *A Plebe*, procurou diferenciar os diversos modelos de sindicalismo da história e de seu tempo:

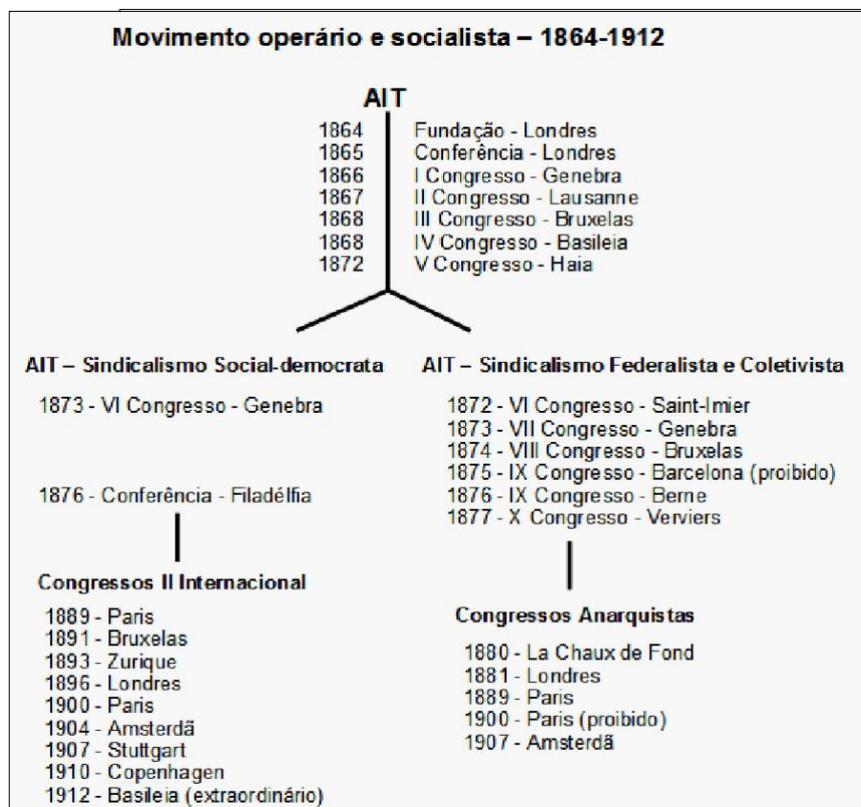
Que o sindicalismo não tem natureza própria, ao contrário do que há muito tempo afirmava um camarada – prova - o fato de que pode ser socialdemocrata ou bolchevique... ou católico, anarquista. Não sendo mais que o nome dado ao movimento operário, ele terá o caráter que lhe infundam com sua mentalidade e seu temperamento as minorias ativas que o orientem. As discrepâncias de pensamento suscitadas no seio da Internacional motivadas pela orientação que se deveria dar `as sociedades de resistência apresentaram um importante problema aos

militantes das mesmas: a escolha dos meios condizentes ao fim comum de transformar a sociedade. É conhecida a diferença de critério a este respeito quanto ao método de luta entre os chamados marxistas e bakuninistas, entre autoritários e libertários. O congresso antiautoritário celebrado em setembro de 1872 em Saint-Imier representa a rebeldia da liberdade – que inspirou a fundação da AIT – contra o dogma autoritário e o espírito de dominação, encarnado em Karl Marx e os seus amigos. Desde então até hoje, a separação das organizações proletárias em todos os países, seguiram direções diferentes, é inevitável. Muito empenho foi posto e muito boas intenções têm sido consagradas ao propósito de retornar a unidade. Grande número de companheiros anarquistas tem sofrido, obcecados por esta ideia, de excessiva ingenuidade. Felizmente parece que as duras lições oferecidas pelo tempo, chegaram a estabelecer um acordo dentro do mesmo marco de luta para alcançar o ideal comum de emancipação. Mas nem tudo está esclarecido no referente a esta questão. É sabido que quando estava para fazer-se a luta, uma nova corrente de vontades fez a sua aparição para pretendendo incorporar as ideias socialistas – com a denominação de socialismo – uma nova doutrina social. Cerrando os olhos ante a investigação serena do passado, ante a realidade instrutiva do presente e em face aos verdadeiros destinos do futuro, anunciou-se ao mundo operário a descoberta de uma nova orientação. Para alcançar o fim, em cuja direção tinha que encaminhar-se, rotas diferentes das já conhecidas haveria de seguir. E para não sofrer extravio, disporia também de uma bússola especial. O novo horizonte de onde a seguir, viria a luz, era o sindicalismo como fim, as organizações corporativas como órgãos de reprodução da futura sociedade. (Leuenroth, *Jornal A Plebe*, 1933).

Leuenroth não só identifica as diferentes tendências e correntes do movimento operário, mas também identifica sua gênese: a AIT. De sua fundação, passando pelos conflitos nos seus congressos, até a sua cisão em 1872 quando os modelos de sindicalismo se diferenciaram e delinearam. Na verdade, diferentemente do que se possa imaginar, a divergência e o conflito entre as tendências e correntes do movimento operário europeu foi a principal característica da AIT.

## Figura: Movimento operário e socialista: 1864-1912

Figure 1: Elaboração do autor.



Essa diversidade de tendências e correntes foi interpretada por Karl Marx (1818-1883) e depois pelos marxistas como um obstáculo ao desenvolvimento do próprio movimento operário, conforme o comunista alemão afirma em carta escrita para Friedrich Bolte, em novembro de 1871:

E a história da Internacional foi uma luta contínua do Conselho Geral contra as seitas e tentativas de amadores de estabelecer-se no interior da própria Internacional contra o movimento real da classe trabalhadora. Essa luta foi conduzida nos congressos, mas ainda mais no lidar do Conselho Geral com as seções individuais. (Marx & Engels, 2010 [Volume 44]: 252).

Se Marx e seus partidários se dedicaram ao combate às demais correntes e tendências do movimento operário no interior da AIT, considerando-as seitas, a historiografia do campo marxista e social-democrata, renegou essas mesmas correntes e tendências para um lugar secundário ou de “antagonistas” na história operária. Diferentemente dessas abordagens, a diversidade de correntes e tendências expressou a

riqueza e a vitalidade do movimento dos trabalhadores e, dialeticamente, uma das suas contradições fundamentais.

A AIT é fundada por correntes distintas do movimento operário, principalmente, os *trade-unionistas* e os *mutualistas*. As *trade-unions* inglesas se converteram em sinônimo de sindicalismo de ofício, dedicado às lutas cooperativistas de um lado e, de outro lado, às disputas eleitorais. Em 1862, ano do primeiro encontro entre os operários ingleses e franceses, a representação das *trade-unions* era do *London Trades Council*, cujas lideranças também participaram da fundação da *National Reform League*, dedicada à defesa do sufrágio masculino.

As lideranças *trade-unionistas*, como Odger<sup>57</sup>, Cremer<sup>58</sup> e Lucraft<sup>59</sup>, participaram dos três primeiros congressos da AIT, normalmente com dupla representação: do Conselho Geral e da *Reform League*, o que mostrava que a relação entre os *trade-unionistas* e a *Reform League* era orgânica. Mas, a partir da conversão da Liga na *Labour Representation League*<sup>60</sup>, em 1869, as lideranças *trade-unionistas* foram se afastando da AIT. Na verdade, conforme as concepções socialistas coletivistas se tornavam hegemônicas, os *trade-unionistas* se afastavam.

O primeiro a abandonar seu cargo no Conselho Geral foi Cremer, ainda em 1869, que posteriormente seria eleito para o Parlamento pelo Partido Liberal [*Liberal Party*]. As demais lideranças *trade-unionistas* também se candidataram pelo Partido Liberal e se afastaram definitivamente do Conselho Geral depois da posição da AIT frente a Comuna de Paris, defendida no texto *Guerra Civil na França*, elaborado por Marx em 1871.

Os mutualismos eram uma das mais importantes tendências do movimento operário europeu da década de 1860. Influenciados pelas ideias anarquistas de Pierre-

---

\* Considerando que a maioria dos militantes envolvidos na construção da AIT e do Sindicalismo Revolucionário é desconhecida do público em geral, optamos por selecionar alguns que julgamos mais relevantes para elaborar uma pequena biografia, com o objetivo de familiarizar o leitor com esses militantes.

57 George Odger (1820-1877) era sapateiro, iniciou sua militância no movimento operário a *Ladies Shomakers' Society*. Em 1859 se destaca nas organizações *trade-unionistas* pela sua atuação junto à greve dos trabalhadores da construção civil de Londres. No ano seguinte integra o recém-fundado *London Trades Council*, organização da qual foi presidente. Também integrou a *Reform League*. Foi membro do Conselho Geral da AIT até 1871.

58 William Randal Cremer (1828-1908) era carpinteiro, foi membro do Conselho Geral até 1867. Dedicou-se à luta parlamentar e ao pacifismo, defendendo a expansão da arbitragem internacional como o caminho para a paz. Atou na fundação do *Inter-Parliamentary Union* e da *International Arbitration League*. Foi eleito para o parlamento e ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1903.

59 Benjamin Lucraft (1809-1987) era marceneiro, foi atuante no movimento cartista e também integrou a *Reform League*. Participou do Conselho Geral da AIT até 1871.

60 A *Labour Representation League* conseguiu eleger seus dois primeiros representantes para o Parlamento em 1874 e em 1900 seus membros participam da fundação do Partido Trabalhista Inglês [*Labour Party*].

Joseph Proudhon (1809-1865), se dividiram em duas correntes que se distinguiram durante os debates na AIT: mutualistas individualistas, liderados especialmente pelos operários parisienses, Henri Tolain (1828-1897)<sup>61</sup>, Limousin e Fribourg<sup>62</sup>, com ramificações entre suíços e belgas; e os mutualistas coletivistas, que por sua vez se dividiam em duas correntes: os coletivistas belgas, sob a liderança do tipógrafo César De Paepe (1841-1890)<sup>63</sup>, e os bakuninistas, cuja organização assumiu um formato mais acabado em 1868, com a fundação da Aliança Internacional da Democracia Socialista, ou simplesmente Aliança, e suas ramificações na Suíça, França, Espanha, Itália e Bélgica.

Os mutualistas individualistas entendiam que as relações de mutualidade e reciprocidade seriam suficientes por si mesmas para a superação do regime de assalariamento. A organização dos operários em associações e cooperativas de socorro mútuo e, principalmente, de crédito mútuo seria suficiente para garantir a igualdade social. Defendiam a participação de candidaturas operárias nas eleições e a manutenção da propriedade privada, na forma de pequenas propriedades individuais. Tinham restrições às greves, que consideravam insuficientes, uma vez que o objetivo das lutas operárias deveria ser a abolição dos salários.

Embora as divergências entre as tendências mutualistas já se manifestassem nas primeiras reuniões, somente a partir do debate sobre a propriedade coletiva no segundo Congresso da AIT, em 1867 na cidade de Lausanne, que essas diferenças se tornaram mais explícitas. Os mutualistas coletivistas, que se consideravam simplesmente socialistas mutualistas, passaram a fazer uma defesa efetiva da propriedade coletiva e sofreram a oposição de Tolain e de seus partidários, e buscaram uma identidade própria como coletivistas.

O coletivismo entre os operários belgas, além da capilaridade entre os operários-artesãos, tinha importante base social entre os mineiros e camponeses. Os mineiros

---

61 Henri-Louis Tolain operário francês do setor de bronze, cinzelador. Defensor das concepções da mutualidade de Proudhon, é considerado o principal expoente da corrente de mutualistas franceses da AIT. Foi figura fundamental na articulação da delegação francesa que participou da Exposição Universal de Londres de 1862, cujo contato com os trade-unionistas ingleses determinou a fundação da AIT em 1864.

62 Ernest Édouard Fribourg (?-?) operário francês gravador. Um dos fundadores da AIT e liderança mutualista parisiense e escreveu uma das primeiras obras de caráter memorialista sobre a história da AIT, *L'Association Internationale des Travailleurs* em 1871.

63 O tipógrafo César De Paepe foi um médico ativo e influente junto a organização dos trabalhadores na Bélgica e foi colaborador dos jornais *La Tribune du Peuple* e do parisiense *La Rive Gauche*. De Paepe era partidário das ideias proudhonianas e durante o Congresso de Bruxelas passou a atuar explicitamente no campo coletivista da Internacional. Na década de 1880 fundou o Partido Operário Belga.

encontravam-se organizados, principalmente, nas seções e sociedades operárias das províncias de Lieja e de Hainaut, e no período de 1867 até 1869 eclodiram inúmeras greves insurgentes dos mineiros belgas, violentamente reprimidas pelo governo no rei Leopoldo II (1835-1909). Os camponeses estavam organizados nas províncias de Luxemburgo, Namur e Brabante. A organização do movimento operário belga era bem diversa: sociedades de resistência, cooperativas, sociedades de socorro mútuo, sociedades educacionais e de cultura operária. Entre as sociedades educacionais e de cultura operária destacavam-se: Círculo Popular de Bruxelas, Círculos de Conferências de Bruxelas, Liga Operária de Ensino Mutualista, *Emancipados*, Sociedade dos Livres Pensadores, Círculo de Emulação, entre outros.

Os bakuninistas se organizam em 1864 com a fundação da “Fraternidade”<sup>64</sup>, que na sua primeira geração de membros contava com os franceses Benoît Malon (1841-1893)<sup>65</sup>, jornalista, e Albert Richard (1846-1925)<sup>66</sup>, tecelão, que atuaram desde os primeiros congressos da AIT. O programa da “Fraternidade” era coletivista, como se vê no seu *Catecismo Revolucionário*:

1º - Separação absoluta entre a Religião e a Política, entre a Igreja e o Estado – Abolição de qualquer Igreja de Estado – de qualquer subvenção do Estado ao culto que for – Liberdade absoluta para todas as religiões cristãs ou anticristãs – e que os gastos e a manutenção de todas as igrejas sejam pagos pelos próprios sectários.

2º - Para o estado da república – e em todas as aplicações da vida política e social, o princípio da liberdade em lugar da autoridade – para o indivíduo, assim como para as unidades coletivas: associações, comunas, distritos, províncias e nações. Em todo lugar, o princípio liberal da Federação deve substituir o princípio despótico da Centralização.

3º - Abolição das classes e dos privilégios – Sufrágio universal. Tudo para o povo e tudo pelo povo – E, na medida em que possa ser

---

64 Em 1864 Bakunin funda uma organização revolucionária anarquista que atuava na clandestinidade, denominada inicialmente Aliança da Democracia Social, mas posteriormente passa a ser chamada de Aliança dos Revolucionários Socialistas, pois a noção de “democracia social” ficou vinculada à social-democracia alemã (GUILLAUME, 2009:175). Essa organização bakuninista ainda ficaria conhecida como Fraternidade Internacional – Sociedade Secreta Internacional da Revolução, ou simplesmente “Fraternidade”. A Aliança fundada em 1868 não tinha o mesmo caráter clandestino, por isso, suas seções pediram ingresso à AIT. Essa forma organizativa ficou conhecida como organização dual, isto é, uma organização anarquista clandestina e uma organização proletária revolucionária pública.

65 Benoît Malon foi um socialista francês que defendeu as teses coletivistas no interior da AIT, era jornalista. Membro da seção parisiense da AIT, militou ao lado de Bakunin na “Fraternidade” e da Aliança, foi uma das lideranças durante a Comuna de Paris (1871), depois da derrota da Comuna foi exilado na Suíça onde participou da Federação do Jura após a cisão da AIT, em 1872. Com a anistia dos *communards* em 1880 retornou para a França, onde se filia ao Partido Operário Francês, liderado pelo comunista Jules Guesde, mas após o racha promovido pelos “possibilistas franceses”, ele adere, juntamente com Paul Brousse e Jean Allemane, à Federação dos Trabalhadores Socialistas da França.

66 Albert Richard era um operário tecelão e liderança anarquista da AIT na cidade de Lyon. Foi membro da “Fraternidade” e da Aliança e liderou a Comuna de Lyon em 1870.

explicada, progressivamente, em cada país, a necessidade de uma reorganização social, de uma mudança progressiva nas leis que regulam as condições do trabalho e do capital, do direito de herança e da propriedade – Necessidade, para todo o mundo, de trabalhar, e de só viver de seu próprio trabalho, sem explorar o trabalho de outros. Dignidade do trabalho, que deve-se instituir como base única de todos os direitos políticos e sociais – Importância da educação pública, esta ama de leite moral da democracia. Transformação das escolas – Instrução obrigatória e gratuita. (BAKUNIN, 2014: 135-136).

A partir desse programa em defesa da federação livre das associações operárias e comunas, centrado no princípio da liberdade coletiva e na abolição das classes, os bakuninistas se inseriram na AIT. Mas foi em 1868, com a fundação da Aliança, que Bakunin e seus partidários passaram a ter uma atuação efetivamente decisiva. Sua ramificação francesa contou com a militância de Eugène Varlin (1839-1871)<sup>67</sup>, Benoît Malon, Albert Richard, Élisée Reclus<sup>68</sup>, Aristide Rey, Victor Jaclard, Charles Keller, Louis Palix, Jules Gay, Alfred Talandier, Alfred Naquet e Élié Reclus<sup>69</sup>, e com presença nas associações de operários-artesãos de Paris, Lyon, Rouen e de Marselha, e entre os operários industriais e mineiros de Creusot.

Entre os suíços, os aliancistas tinham capilaridade entre os operários genebrinos da construção civil, com importante atuação de Charles Perron<sup>70</sup>, François Brosset e Fritz Heng, entre os operários-artesãos do Jura, cujos principais representantes eram Constant Meuron<sup>71</sup>, James Guillaume<sup>72</sup> e Adhémar Schwitzguébel<sup>73</sup>, e entre os operários da Suíça Alemã com a militância de J-Ph. Becker<sup>74</sup>. Ainda na Suíça Românica, a presença de François Mermillod, Henri Perret, Th. Duval, L. Guétat, Tanner Jaillet e Adolphe Catalan reforçavam a perspectiva coletivista.

---

67 Louis Eugène Varlin um operário francês encadernador de ideias proudhonianas, é considerado o principal nome da corrente de coletivistas franceses da AIT. Ingressou na Aliança Internacional da Democracia Socialista e foi importante liderança *communard* executado pela reação contra a Comuna de Paris de 1871.

68 Élisée Reclus (1830-1905) era professor e geógrafo. Atuou na Internacional e na organização dos trabalhadores franceses entre os partidários do bakuninismo. Foi membro da “Fraternidade” e da Aliança e uma das lideranças *communards* e referência do sindicalismo revolucionário. Destacou-se como um dos pioneiros na elaboração de uma pedagogia tendo por base as ideias anarquistas.

69 Élié Reclus (1827-1904) era etnólogo e militante anarquista. Participou das organizações bakuninistas, a “Fraternidade” e da Aliança.

70 Charles Perron (1837-1909) era pintor de esmalte que se dedicou aos estudos cartográficos. Foi um militante anarquista partidário de Bakunin na militância no interior da AIT, membro da “Fraternidade” e da Aliança, foi referência para o movimento operário genebrino. Sindicalista revolucionário que contribuiu para o desenvolvimento das teorias anarquistas para a educação.

As primeiras seções da AIT da Itália e na Espanha são fundadas já a partir da política dos aliancistas, o que garantiu o vínculo orgânico dessas seções ao coletivismo. Entre os militantes italianos destacaram-se: Carlo Gambuzzi, Guisepe Fanelli<sup>75</sup>, Stefano Caporusso, Alberto Tucci e Saverio Friscia<sup>76</sup>. Já entre os espanhóis, destacavam-se: Gaspard Sentiñon<sup>77</sup>, Rafael Farga-Pellicer<sup>78</sup>, Francisco Mora, Tomás Gonzáles Morago e Antonio Marsal Anglora.

Os aliancistas também tinham uma ramificação na Bélgica, com a militância de Paul Robin<sup>79</sup>, entre exilados russos, Mikhail Elpidin e Nikolai Zhukovsky, e poloneses: Valérien Mroczkowsky<sup>80</sup> e Jean Zagorski.

---

71 Constant Meuron (1804-1872) foi um revolucionário suíço, que lutou nas insurreições de 1831, foi preso e condenado à morte. Fugiu em 1834 e se refugiou no Vale de Saint-Imier. Se estabeleceu no Locle, onde participou da insurreição de 1848. Tornou-se operário artífice gravador e fundou, junto com Guillaume, a seção do Locle da AIT.

72 James Guillaume (1844-1916) foi um anarquista de origem inglesa radicado na Suíça, onde era professor. Membro fundador da seção no Locle, Suíça, membro das organizações bakuninistas, da “Fraternidade” e da Aliança. Depois da cisão da AIT, em 1872, participa da fundação da Federação do Jura e no início do século XX aproxima-se da CGT francesa.

73 Adhémar Schwitzguébel (1844-1895) foi um anarquista suíço, era relojoeiro gravador. Membro da Internacional e, enquanto militante anarquista, militou ao lado de Bakunin e Guillaume na “Fraternidade” e na Aliança. Depois da cisão da AIT participa da fundação da Federação do Jura.

74 J-Ph. Becker (1809-1886) foi um socialista revolucionário e publicista, participou dos movimentos democráticos na Alemanha e na Suíça nas décadas de 1830 e 1840. Durante os processos revolucionários de 1848 e 1849 participou das lutas na região alemã de Baden. Na década de 1860 dedica-se à construção da AIT e foi membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista, mas posteriormente rompeu com o bakuninismo em 1872.

75 Fanelli (1827-1877) era arquiteto revolucionário anarquista italiano que participou de diversas revoltas e insurreições armadas desde 1848, lutando nas campanhas de Mazzini e Garibaldi. Em 1864 conhece Bakunin e começa sua militância anarquista na “Fraternidade”. Inserido na AIT, teve um papel fundamental na expansão e na organização da AIT e da Aliança na Espanha.

76 Friscia (1813-1886) era médico e revolucionário italiano que participou da Insurreição Siciliana de 1848. Começou sua militância socialista filiando-se às ideias de Fourier e se aproximou de Mazzini. Adere à “Fraternidade” em 1864 e passa a militar na construção da AIT.

77 Sentiñon (?-1903) era médico e anarquista espanhol. Liderança da AIT na Espanha, foi membro da “Fraternidade” e da Aliança.

78 Farga-Pellicer (1840-1890) era um tipógrafo espanhol defensor do anarquismo. Foi um dos fundadores das primeiras seções da AIT na Espanha. Partidário de Bakunin, foi membro da “Fraternidade” e da Aliança.

79 Paul Robin (1837-1912) foi um pedagogo anarquista de origem francesa radicado na Bélgica. Militando na AIT foi membro da Aliança e um dos responsáveis pela elaboração do programa educacional da AIT. Defensor da pedagogia do ensino integral, é considerado o fundador da pedagogia anarquista.

80 Mroczkowski (1840-1889) era um revolucionário anarquista de origem polonesa, participou da Insurreição Polonesa de 1863 e ficou exilado na França e na Suíça. Partidário de Bakunin, foi um dos fundadores da “Fraternidade” 1864, militou na Liga da Paz e participou da fundação da Aliança. Em 1871 atuou no levante da Comuna de Marselha.

Nos estudos aqui realizados, a partir dos discursos, dos relatórios das seções, das posições políticas assumidas, dos artigos nos jornais operários, das cartas trocadas entre militantes, optou-se por considerar o coletivismo belga e os aliancistas como correntes distintas do coletivismo no interior da AIT. Mas outros pesquisadores procuram aproximá-los significativamente. Nas pesquisas recentes realizadas pelo historiador Robert Graham, ele assevera que De Paepe foi recrutado por Bakunin para participar de sua organização revolucionária: “Bakunin ainda estava recrutando membros para sua Irmandade Revolucionária, incluindo De Paepe na Bélgica, que se juntou à irmandade em maio de 1867” (Graham, 2015: 82), entretanto, não cita a fonte primária dessa informação.

Na obra já consagrada do historiador anarquista Max Nettlau, *História da anarquia*, cuja primeira publicação foi feita entre 1925 e 1931, De Paepe e demais belgas, Brismée, Eugène Hins, são denominados de *anarquistas coletivistas* (Nettlau, 2008: 151). O autor sustenta essa afirmação com um trecho da carta do Conselho Geral belga para a Aliança, 16 de janeiro de 1869: “que todos os Estados políticos e autoritários existentes atualmente devem ser reduzidos a simples funções administrativas dos serviços públicos em seus respectivos países e, enfim, desaparecer da união universal das associações livres, tanto agrícolas como industriais” (CONSELHO GERAL BELGA *apud* NETTLAU, 2008: 151).

Embora não se possa reafirmar as teses de Graham e Nettlau, é fato que coletivistas belgas e aliancistas defenderam na AIT as mesmas concepções e programas para a classe trabalhadora. Resumidamente, as tendências coletivistas defendiam: 1) a supressão do regime de assalariamento, com a implantação de relações mutuais e de reciprocidades entre as associações e cooperativas operárias; 2) a abolição da propriedade privada e do direito de herança, como condição necessária para a destruição dos privilégios das classes dominantes; 3) a greve geral como estratégia prioritária de luta revolucionária; 4) o programa da sociedade socialista com a livre federação das organizações operárias e camponesas; e, por último, 5) eram contrários à estratégia da organização de partidos operários para a disputa das eleições burguesas.

Os coletivistas desenvolveram uma teoria específica das organizações dos trabalhadores e seu papel na luta pelo socialismo. Nos *Informes da Seção de Bruxelas*, ao congresso de Bruxelas de 1868, os belgas sistematizaram essa teoria:

Por fim, para concluir, podemos dizer que se somos tão fortes defensores das sociedades de manutenção de preços, como se diz na

Bélgica, das sociedades de resistência, como se diz na França; das *trade's unions*, como se diz na Inglaterra, não é só tendo em conta as necessidades do presente, mas com vista para a ordem social do futuro. Vamos explicar: não consideramos essas sociedades apenas como um paliativo necessário (note que não dizemos como remédio); não, nossas visões são maiores. Do fundo desse caos de luta e miséria em que nos agitamos, levantamos nossos olhos em direção a uma sociedade mais harmoniosa e feliz. **Vemos então nessas sociedades de resistência os germes das companhias operárias que um dia substituirão as companhias capitalistas, que possuem sob seu comando milhões de assalariados, pelo menos, todas as indústrias onde a força coletiva é utilizada e onde nela não existe intermediários entre assalariado e associação.** E em grandes greves que eclodiram nos últimos anos, começa a tomar forma muito claramente uma nova tendência: a greve deve resultar na sociedade de produção. (SEÇÃO DE BRUXELAS *apud* FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 407 – grifos nossos).

Observa-se, que na concepção dos coletivistas belgas, compartilhadas pelos aliancistas, as organizações de tipo sindical, *trade-unions*, sociedades de resistência, sociedades de manutenção dos presos, e seu principal instrumento de luta – as greves, não tinham um fim em si mesmas, nem uma condição necessariamente reformista e imediatista, mas, ao contrário, seriam o germe da sociedade socialista. Nessa concepção encontra-se a gênese do sindicalismo revolucionário, isto é, a tendência do movimento dos trabalhadores que faz da defesa político-ideológica e teórico-programática de que os objetivos das organizações dos trabalhadores (sindicatos, cooperativas, associações de categorias, etc) objetivam a ruptura revolucionária com o sistema capitalista.

Essas formulações ficaram mais explícitas no congresso de Saint-Imier em 1872, cujas resoluções se opuseram às decisões do congresso de Haia realizado dias antes. Os aliancistas e seus aliados, não só não reconheceram as resoluções de Haia, como delinearam os princípios do federalismo:

Considerando que a autonomia e a independência das federações e seções operárias são a primeira condição da emancipação dos trabalhadores;

Que todo poder legislativo e regulamentar acordado aos Congressos seria uma negação flagrante desta autonomia e desta liberdade:

O Congresso nega em princípio o direito legislativo de todos os Congressos, sejam eles gerais ou regionais, não atribuindo a eles nenhuma outra missão além de reunir as aspirações, as necessidades e ideias do proletariado das diferentes localidades ou países, afim de que a harmonização e a unificação destas se opere ali na medida do possível; mas de forma nenhuma a maioria de um Congresso qualquer poderá impor suas resoluções à minoria. (Guillaume, 1909: 6).

Da mesma forma, o *trabalho* foi definido como a base organizativa para a realização da emancipação do proletariado:

Que as aspirações do proletariado não podem ter outro objeto além do estabelecimento de uma organização e de uma federação econômicas absolutamente livres, fundadas sobre o trabalho e a igualdade de todos, e absolutamente independentes de qualquer governo político, e que esta organização e esta federação só podem ser o resultado da ação espontânea do próprio proletariado, das corporações de ofício e das comunas autônomas. (Guillaume, 1909: 8).

Os congressistas de Saint-Imier também aprovaram resolução sobre o papel revolucionário das organizações operárias, segundo a qual, a destruição das estruturas do poder político seriam o objetivo da classe trabalhadora, como condição para suprimir o privilégio das classes dominantes:

Considerando que qualquer organização política só pode ser a organização da dominação em proveito de uma classe e em detrimento das massas, e que o proletariado, se quiser tomar o poder, viria a se tornar uma classe dominante e exploradora por sua vez;

O Congresso reunido em Saint-Imier declara:

- 1- Que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado;
- 2- Que qualquer organização de um poder político supostamente provisório e revolucionário para trazer esta destruição só pode ser uma enganação a mais, e seria tão perigosa para o proletariado quanto todos os governos que existem hoje em dia;
- 3- Que, repudiando qualquer compromisso para chegar ao cumprimento da Revolução Social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de qualquer política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária. (GUILLAUME, 1909: 8).

O federalismo passou a ser o centro da organização política, com a autonomia das seções sendo preservada e protegida de qualquer tentativa de centralização ou imposição de concepções que pudessem ferir os princípios e concepções aprovadas nos fóruns deliberativos das seções e federações regionais. Portanto, para os congressistas de Saint-Imier, seria sob o federalismo que o *trabalho* estaria organizado internacionalmente, para se constituir na força coletiva capaz de protagonizar a Revolução Social.

A AIT-Federalista celebrou seu último congresso em 1877, na cidade de Verviers na Bélgica. Encontrava-se sem fôlego e no congresso do ano anterior, em Berna, se estabeleceu uma nova ruptura: os belgas liderados por De Peape explicitaram suas divergências com os anarquistas, ou seja, concluíram que existiam duas posições: as tendências que defendiam o programa anarquista e aquelas que defendiam um “Estado operário”. Apesar das divergências, foi aprovado a realização de um “congresso socialista universal”, onde os partidos socialistas e operários também seriam convocados. Assim, o “congresso socialista universal” ocorreria na cidade de Gent, na Bélgica, dias depois do congresso da AIT.

Mesmo encerrando suas atividades em 1877, a AIT-Federalista, conforme argumenta Moss, lançou as bases fundamentais da corrente do sindicalismo revolucionário que se tornaria um fenômeno global no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX:

As tendências comparativamente reformistas dos sindicatos de ofício no século vinte obscureceram suas raízes socialistas. Em muitos países industrializados, incluindo Estados Unidos e Inglaterra, o movimento sindical começou com um projeto cooperativo pela emancipação das categorias do sistema de salários. Depois, os sindicatos passaram desse programa cooperativo para uma estratégia revolucionária de coletivização do capital em federações de categorias. Esse coletivismo revolucionário predominou nos países latinos – Espanha, França, Itália e partes francófonas da Bélgica e da Suíça – e formaram as bases da tão falada oposição bakunista à liderança de Marx na Primeira Internacional. No período da segunda internacional, esse coletivismo revolucionário reapareceu nesses mesmos países na forma de sindicalismo revolucionário. (Moss, 1980: 27).

A outra importante corrente operária da AIT foram os social-democratas e comunistas, cujos principais representantes eram Marx e Friedrich Engels (1820-1895). Social-democratas e comunistas tinham forte presença no Conselho Geral em Londres, além da atuação dos autores do *Manifesto do Partido Comunista*, destacavam-se os exilados alemães Eccarius<sup>81</sup>, Lessner, Karl Pfänder e Lochner, o suíço Hermann Jung<sup>82</sup>, e os franceses Eugène Dupont<sup>83</sup> e Lafargue, nas seções alemãs, com a importante militância de Moses Hess e Kugelmann e entre os alemães emigrados nos EUA, como Friedrich Sorge<sup>84</sup>.

Os social-democratas e comunistas defendiam que o principal objetivo do movimento operário era a conquista do poder político, conforme explicitado na

---

81 J. G. Eccarius (1818-1889) era alfaiate de profissão e atuava como publicista. Foi membro da Liga dos Justos e da Liga dos Comunistas. Exilado em Londres, atuou no Conselho Geral da AIT e foi um dos principais defensores das teses comunistas e aliado de Marx, mas em 1872 foi contrário a expulsão de Bakunin e de Guillaume da AIT.

82 Hermann Jung (1830-1901) relojoeiro e socialista de origem suíça. Participou da Revolução de 1848, exilado em Londres foi membro do Conselho Geral da AIT entre 1864-1872 como correspondente suíço. Foi aliado de Marx até 1872, quando se opôs a proposta de expulsão de Bakunin e de Guillaume da AIT. Depois da cisão da AIT passou a integrar o Conselho Federal Britânico da Internacional.

83 Dupont (1831-1881) era operário-artesão, fabricante de instrumentos musicais. Socialista revolucionário, participou da Revolução de 1848 em Paris. Vivia em Londres, onde foi Membro do Conselho Geral da Internacional (1864-72) e Secretário Correspondente da França (1865-71). Aderiu ao comunismo e tornou-se partidário de Marx. Em 1872 tornou-se membro do Conselho Federal Britânico da Internacional.

84 Sorge (1828-1906) era um comunista alemão emigrado nos EUA. Articulou o movimento operário em Nova Iorque e fundou em 1867 uma seção da AIT nos Estados Unidos. Assumiu o Conselho Geral com sua transferência para Nova Iorque em 1872, mas saiu do Conselho Geral de 1874.

*Mensagem Inaugural* da AIT elaborada por Marx. Assim, as organizações operárias e as greves não poderiam ter um fim em si mesmas, mas teriam o papel de preparar a classe trabalhadora para a luta efetiva pelo poder político, que deveria ser realizada pelos partidos operários. Portanto, participar das eleições para o Estado burguês seria parte da estratégia revolucionária da corrente social-democrata e comunista.

Como críticos radicais do sistema capitalista, defendiam a abolição da propriedade privada e a coletivização dos meios de produção, o que os colocava em oposição aos mutualistas individualistas, mas, por outro lado, possibilitou a formação temporária de um bloco com as tendências coletivistas na aprovação das resoluções contra a propriedade privada.

Sem dúvida, a defesa da corrente social-democrata e comunista na participação das eleições, como estratégia para a conquista do poder pelos operários, provocou a ruptura inconciliável com a corrente aliancista e, conseqüentemente, a cisão da AIT no congresso de 1872.

Sob a hegemonia social-democrata e comunista, a AIT com sede em Nova Iorque realizou seu congresso na cidade de Genebra em 1873. Contou com um total de 30 delegados, sendo 15 da cidade-sede, entre os genebrinos estava Bercker que romperá com os aliancistas. As outras seções representadas eram da Bélgica, Áustria e Alemanha. Como a perspectiva era de um encontro esvaziado, as seções dos EUA e da Inglaterra, não enviaram delegados. Após a renúncia de Sorge do Conselho Geral de Nova Iorque e um período de paralisia, a associação foi dissolvida na conferência da Filadélfia, em 1876.

Apesar de chegar ao final da década de 1870 relativamente descaracterizada, a AIT forneceria, de um lado, os princípios e as concepções para o desenvolvimento do sindicalismo revolucionário, especialmente, o federalismo e a contestação da via eleitoral, e, de outro lado, a via social-democrata do sindicalismo, como concluiu o pesquisador Wayne Thorpe

Fundada em Londres no ano de 1864 essencialmente para assistir à expansão do movimento organizado do trabalho e coordenar a assistência internacional dentro dela, a Associação Internacional dos Trabalhadores desmoronou oito anos mais tarde como resultado de diferenças teóricas e organizacionais entre federalistas e centralistas. Os sindicalistas mais tarde viam a si mesmos como os legítimos herdeiros da Internacional, embora representassem apenas uma tendência dentro dela, mesmo que aquela numericamente mais significativa. Os sindicalistas, em resumo, identificavam a Primeira Internacional com a sua ala federalista, com aqueles que defendiam uma Internacional descentralizada que respeitasse a autonomia de seus membros e que rejeitavam a ação política. Representados na

Internacional inicialmente pelos proudhonistas e mais tarde e com uma influência maior pelos bakuninistas, os federalistas rejeitavam os partidos políticos, a ação parlamentar e a confiança no poder do Estado enquanto contrarrevolucionários. Por outro lado, os afiliados da Segunda Internacional, dominada por partidos social-democratas da Europa ocidental, como os verdadeiros legatários da Primeira Internacional. Eles se identificavam, por sua vez, com sua fração centralista, representada sobretudo por Karl Marx, a qual insistiu na ação política, a qual expulsou Bakunin, e a qual os libertários viam como irremediavelmente autoritária. A Primeira Internacional deixou um legado dual e contraditório: ela rapidamente assumiu qualidades quase místicas como o símbolo e a promessa da unidade internacional dos trabalhadores, mas a experiência também ajudou a perpetuar dentro do movimento mais amplo dos trabalhadores o divisionismo que veio a reinar no interior da própria Internacional. (Thorpe, 1989: 2-3).

As concepções e princípios das correntes coletivistas, responsáveis pelos congressos da AIT-Federalista, assumiram nova dinâmica no processo de reorganização do movimento operário no final do século XIX, com o desenvolvimento do sindicalismo revolucionário, que teve nas experiências nacionais em escala global sua conversão em força coletiva da classe trabalhadora. Por isso, algumas experiências nacionais, como o sindicalismo revolucionário francês merece destaque. Por seu turno, o sindicalismo social-democrata e comunista se reorganizou na II Internacional.

## **2. O sindicalismo revolucionário: a experiência francesa**

No contexto da cisão da Internacional, foi realizado em Paris, no ano de 1876, um congresso sindical, cujas resoluções e a repercussão das suas resoluções marcaram os debates no interior do movimento dos trabalhadores durante todo século XX: as lutas corporativas e as candidaturas operárias. O historiador Édouard Dolléans se refere da seguinte maneira ao congresso parisiense de 1876:

Um primeiro congresso operário acontece em Paris do dia 2 ao 10 de outubro de 1876; seu presidente, Chabert, faz o compromisso, na sessão de abertura, de que o Congresso se limitará ao terreno puramente operário, econômico e corporativo. O Congresso reivindica, apenas para as operárias, a jornada de oito horas, a abolição do trabalho noturno nas manufaturas e a igualdade do salário. O Congresso demanda também a organização de aposentadoria para os velhos, mas com a ajuda das câmaras sindicais e sem a intervenção do Estado. A mais tenaz de suas reivindicações é a educação nacional, profissional e gratuita em todos os níveis. Entretanto, o Congresso de Paris já afirma uma tendência que vai se desenvolver nos anos seguintes: ele adota, por unanimidade, o princípio da candidatura operária. (Dolléans, 2003: 16).

Édouard Dolléans ainda relata a realização de um segundo congresso de trabalhadores na cidade de Lyon, em 1878, onde as suas resoluções e tendências

corroboraram aquelas aprovadas no Congresso de Paris. Segundo Dolléans, a maioria dos delegados presentes se filiava às tendências corporativistas, mutualistas, cooperativistas do sindicalismo francês (DOLLÉANS, 2003: 16). Mesmo assim, aproveitando-se desse processo de reorganização dos trabalhadores franceses, os comunistas Jules Guesde (1845-1922)<sup>85</sup> e Paul Lafargue (1842-1911)<sup>86</sup> fundaram em 1879 a *Fédération du Parti des Travailleurs Socialistes*, aplicando a linha política marxista de organização de partidos operários.

Porém, em 1882 ocorreu uma ruptura com a *Fédération du Parti des Travailleurs Socialistes* capitaneada por Paul Brousse (1844-1912)<sup>87</sup>, até então defensor das concepções anarquistas proudhonianas, que fundou o *Parti Ouvrier Possibiliste*, onde contou com a adesão e o apoio de Benoît Malon. Depois do racha promovido pelos possibilistas, o partido de guesdista passou a ser denominado *Parti Ouvrier Français*. Por sua vez, lideranças socialistas revolucionárias, como Jean Allemane (1843-1935)<sup>88</sup>, fundaram o *Parti Ouvrier Socialiste Révolutionnaire*, que defendia a greve geral, a ação direta e o anti-parlamentarismo, isto é, princípios próximos do anarquismo.

Ao analisar a proliferação de partidos de caráter socialista e operário no final do século XIX na França, Louis Garriguet (1912) considera que as diversas correntes políticas avaliavam a importância eleitoral dos trabalhadores e também aproveitaram a Lei de 1881, que legalizava as organizações sindicais, para organização de federações sindicais vinculadas aos partidos políticos. Esse foi o caso da *Fédération Nationale des Syndicats*, atrelada ao *Parti Ouvrier Français* dos marxistas Guesdes e Lafargue.

Os diversos partidos socialistas percebem o valor político e eleitoral destes agrupamentos operários. Assim, todos eles se esforçam para atrai-los para a sua órbita e para fazer deles clientes. (...) Dois anos apenas se passaram desde a promulgação da lei de 1881, que Guesde fundou a Federação Nacional dos Sindicatos, e fez dela o forro corporativo, a sucursal profissional do partido que ele chefia: o Partido Operário Francês. Os dois agrupamentos são tão intimamente unidos que eles se confundem. De 1886 à 1892, eles realizam seus Congressos

---

85 Guesde era um tipógrafo francês defensor do comunismo. Sua atuação política foi significativa, ao passo que é comum a utilização da noção de guesdismo para designar o marxismo no final do século XIX.

86 Lafargue era jornalista e economista, nascido em Cuba e criado na França. Casou-se com a filha de Marx, Jenny Laura Marx (1845-1911). Participou do Conselho Geral da AIT, atuando na fundação da Seção de Madri. Posteriormente fundou o *Parti Ouvrier Français* juntamente com Guesde.

87 Paul Louis Marie Brousse, era um médico e militante anarquista francês. Ingressou na AIT em 1872 e aderiu à AIT-Federalista. Mas na década de 1880 rompe com o anarquismo e funda o “socialismo possibilista”.

88 Allemane era um tipógrafo atuante no movimento operário parisiense. Foi liderança *communard* e no processo de reorganização do socialismo francês rompeu com o guesdismo e com o possibilismo e fundou o *Parti Ouvrier Socialiste Révolutionnaire*, com concepções próximas do anarquismo.

nas mesmas cidades, nas mesmas épocas e com os mesmos homens. É o Partido que dá a palavra de ordem à Federação. (Garriguet, 1912:11-12).

Retornando ao campo das organizações sindicais, em 1893, os proudhonianos revolucionários e bakuninistas, que tinham em Fernand Pelloutier (1867-1901)<sup>89</sup> seu principal expoente, fundaram a *Fédération des Bourses du Travail*, enquanto que, sob as concepções proudhonianas reformistas, a *Confédération Générale du Travail* (CGT) foi fundada em 1895. Sobre essas reorganizações escreve George Gurvitch:

As duas organizações, igualmente influenciadas pelo proudhonismo, fazem contudo concorrência uma à outra durante quase dez anos, Se a *Fédération des Bourses du Travail* se inspira no proudhonismo revolucionário combinado com a influência de Bakunine (e daí a expressão anarco-sindicalismo), a C.G.T. é inclinada a um proudhonismo moderado. A união das duas organizações faz-se no congresso de Montpellier em 1902. É desta altura que data o *sindicalismo revolucionário*, que domina a C.G.T. durante *doze anos*, para se desagregar no começo da primeira guerra mundial em 1914, deixando contudo marcas profundas não só na França como no estrangeiro. (Gurvitch, 1980: 163).

Nesse momento de reorganização do movimento sindical francês, também se renovam as lideranças anarquistas. Além do jornalista Fernand Pelloutier, o sapateiro Victor Griffuelhes (1874-1922)<sup>90</sup>, o operário têxtil Émile Pouget (1860-1931)<sup>91</sup> e o mecânico Paul Delesalle (1870-1948)<sup>92</sup>, foram lideranças destacadas de uma nova geração de militantes sindicais e revolucionários. Esses militantes anarquistas tiveram um papel de protagonistas na reconstrução do movimento dos trabalhadores na França, contribuíram para sistematização do sindicalismo revolucionário, que tem na *Carta de Amiens*, aprovada no Congresso da CGT de 1906, realizado na cidade de Amiens, sua principal expressão. Os anarquistas fizeram forte oposição à orientação política da participação operária nas eleições parlamentares, polemizando com a posição com as demais correntes socialistas, principalmente com guesdistas e possibilistas. Portanto,

---

89 Fernand-Léonce Pelloutier Émile era jornalista e participou da fundação do *Parti Ouvrier Français*, mas rompeu com o guesdismo e aderiu ao anarquismo, se tornando um dos grandes nomes do movimento sindical francês do final do século XIX.

90 Griffuelhes era um operário-artesão sapateiro, defensor das concepções anarquistas, fez parte da nova geração de revolucionários responsável pela sistematização do sindicalismo revolucionário francês. Foi secretário da *Fédération des cuirs et peaux* e secretário-geral da CGT.

91 Pouget era um operário têxtil e participou da fundação do *Syndicat des employés du textile*. No congresso de Londres de 1896 fez parte do setor anarquista e se tornou secretário da CGT. Em obras como *Ação Direta* e *Sabotagem* delineou as principais concepções do sindicalismo revolucionário.

92 Delesalle era um operário mecânico, liderança da *Chambre syndicale des ouvriers en instruments de précision*. Foi secretário da *Fédération des Bourses du Travail* e da CGT.

apesar das tentativas de aproximação entre anarquistas e comunistas, como o Congresso de Londres de 1896, essas duas correntes continuaram o conflito pela hegemonia do movimento sindical.

É importante destacar que, conforme argumenta George Gruvitch, apesar da contribuição teórica e intelectual de Georges Sorel (1847-1922) e de Edouard Berth (1875-1939) para a difusão da ideia do sindicalismo revolucionário, suas intervenções não chegaram a se expressar em movimentos com capilaridade social significativo para a luta de classes. Assim, conclui Gurvitch, “é preciso não confundir a doutrina elaborada no fogo dos combates, pelos dirigentes efectivos deste movimento e as doutrinas de Sorel e Berth, doutrinários intelectuais que se baseavam nos acontecimentos” (Gurvitch, 1980: 164). Por isso, a pesquisa aqui apresentada se concentrou nos estudos das concepções e práticas dos dirigentes sindicais daquele período, pelo protagonismo que exerceram nas lutas e nos debates no interior do movimento dos trabalhadores.

A análise de dois textos de Émile Pouget, *La Confédération Générale du travail* (1908) e *L'action directe* (1921), permite o entendimento das principais concepções do sindicalismo revolucionário. Ao definir o sindicalismo e seus objetivos, Pouget recorre ao legado da AIT para defender que os sindicatos são expressão da luta de classes, constituindo uma estratégia de solidariedade na luta contra a exploração burguesa e a determinação do protagonismo dos próprios trabalhadores na luta por sua emancipação. Ele defende que as organizações sindicais devem ser erguidas sobre os princípios da solidariedade de classe, o que significa romper com o corporativismo resultante do egoísmo de fração: “Por este mesmo fato, nenhuma coordenação de pensamento de egoísmo estreito, mas um sentimento de profunda solidariedade social” (Pouget, 1908: 5). Assim, o anarquista francês apresenta as declarações da CGT:

Considerando que apenas por sua própria potência, o trabalhador não pode esperar reduzir a exploração de que é vítima;

Que, além disto, seria ilusão esperar nossa emancipação dos governos, pois – mesmo se os supusermos animados das melhores intenções a nosso respeito – eles não podem nada de definitivo, já que a melhoria de nosso destino está em razão direta do decréscimo da potência governamental;

Considerando que, pelos efeitos da indústria moderna e do apoio “lógico” que o poder traz aos detentores da propriedade e dos instrumentos de produção, há o antagonismo permanente entre o Capital e o Trabalho;

Que, por causa deste fato, duas classes bem distintas e irreconciliáveis estão na presença uma da outra: de um lado, os que detêm o Capital, do outro os Produtores, que são os criadores de todas as riquezas, já que o

Capital só se constitui por um saque efetuado em detrimento do Trabalho;

Por estas razões, os proletários devem considerar como um dever a aplicação do axioma da Internacional: “A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SÓ PODE SER OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES”;

Considerando que, para atingir este objetivo, de todas as formas de agrupamento, o sindicato é a melhor, já que é um agrupamento de interesses que coaliza os explorados frente ao inimigo comum: o capitalista; que por isto mesmo, ele alia no seu seio todos os produtores de qualquer opinião ou concepção filosófica, política ou religiosa que se reivindicarem;

Considerando, igualmente, que se o sindicato se acantonasse num isolamento lamentável, cometeria fatalmente (nas devidas proporções) o mesmo erro que o trabalhador isolado, e que faltaria, assim, à prática da solidariedade; é necessário, então, que todos os produtores se unam, primeiro no sindicato e, realizado este primeiro ato, que completem a obra sindical, fazendo seu sindicato aderir à sua Federação local ou Bolsa do Trabalho, e pelo canal de sua união nacional, à Confederação Geral do Trabalho. Sob esta condição apenas os trabalhadores poderão lutar eficazmente contra os opressores até que o desaparecimento completo do assalariado e do patronato. (POUGET, 1908: 10-11).

Para evitar o que Pouget considera ser uma confusão entre as noções de *classe* e *partido*, ele defende a “neutralidade política”, isto é, defende a não participação nas disputas políticas eleitorais. Argumenta que a luta econômica é o centro da ação política dos sindicatos, por isso, eles não podem definir-se por uma perspectiva ideológica, filosófica ou religiosa específica, somente política classista e revolucionária.

E assim será, porque o ideal confederal não é uma formulação teórica, doutrinal, mas sim a constatação de uma necessidade social, fatalmente oppositora da sociedade capitalista e que é o resultado lógico da coesão do proletariado no campo econômico. Assim se esclarece e se define a neutralidade do sindicalismo francês, em frente aos problemas de ordem geral; sua neutralidade não implica sua passividade. A Confederação não abdica frente a nenhum problema social, nem político (tomando esta palavra em seu sentido amplo). O que a distingue dos partidos democráticos é que ela não participa da vida parlamentar: ela é antiparlamentar, assim como irreligiosa, e também antipatriótica. Mas sua indiferença em matéria parlamentar não a impede de reagir contra o governo, e a experiência provou a eficácia de sua ação, exercida contra os poderes públicos, por pressão exterior. (Pouget, 1908: 28).

Em oposição à orientação política eleitoral, o dirigente sindical anarquista teoriza sobre a tática da ação direta, incorporada e apresentada com característica do sindicalismo combativo e classista. A ação direta é entendida como uma atualização dos princípios da AIT, os quais determinam o protagonismo da classe trabalhadora na luta contra a burguesia.

Desta negação do democratismo, mentiroso, hipócrita e forma última de cristalização da autoridade, deriva todo o método sindicalista. A Ação Direta aparece assim como sendo nada mais que a materialização do princípio da liberdade, sua realização entre as massas: não mais em fórmulas abstratas, vagas e nebulosas, mas em noções claras e práticas, geradoras da combatividade que as necessidades do momento exigem; é a ruína do espírito de submissão e de resignação, que torna os indivíduos apáticos, faz deles escravos voluntários, - e é o florescimento do espírito de revolta, elemento fecundante das sociedades humanas. Esta ruptura fundamental e completa entre a sociedade capitalista e o mundo operário que a Ação Direta sintetiza, foi expressa pela Associação Internacional dos Trabalhadores em seu lema: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. (Pouget, 1921: 1-2).

A ação direta se torna a tática de luta característica do sindicalismo revolucionário, diferenciando-o, segundo Pouget, da concepção do sindicalismo reformista, isto é, das concepções corporativista e intervencionista do sindicalismo, cujas práticas e perspectivas convergem para a assimilação na ordem capitalista e, conseqüentemente para o colaboracionismo de classe.

Deve-se notar, além disto, que, se a Ação Direta é a tendência dominante do sindicalismo francês, ela não é, entretanto, uma tendência unânime. Há, no seio da Confederação – como em qualquer grupo – dois polos: ao lado dos elementos revolucionários, sobrevivem grupos “reformistas”, com manifestações heterogêneas, mas que podem ser ligadas a duas concepções: o corporativismo e o intervencionismo. (...) Na sua origem, o corporativismo, limitando sua ação a pequenas melhorias, não tendo nem visões de conjunto, nem ideal, nem outro horizonte além da fronteira corporativa, não ameaçava em nada a sociedade capitalista. Por outro lado, a esperança na intervenção do Estado, que, por estar saturado de democratismo, seria um bom policial em favor dos explorados, chegava aos mesmos fins conservadores. De uma e outra concepção derivava a colaboração de classes, substituindo a luta de classes, pedra fundamental do sindicalismo. (Pouget, 1908: 37-38).

As diversas formas de luta, as greves, os boicotes, a sabotagem, são formas de ação direta que promovem o acirramento da luta de classes e são resultantes da solidariedade de classe entre os trabalhadores contra a burguesia, por isso, são entendidas, por um lado, como parte da “guerra social”, e, por outro lado, são entendidas como parte da autorrealização da classe trabalhadora, cuja condição se realiza no seu *fazer-se*, ou melhor, na sua ação direta.

Entretanto, a principal estratégia de luta para a emancipação dos trabalhadores seria a greve geral. Pouget recupera a noção de greve geral insurrecional desenvolvida

pelos bakuninistas durante suas intervenções na AIT como estratégia privilegiada do sindicalismo revolucionário.

O modo de ação que permitirá à classe operária realizar esta obra, que é a da emancipação integral, é o resultado lógico de seu agrupamento no campo econômico e das concepções que daí emanam: ele tem sua expressão na ideia de greve geral. A greve geral é a cisão material entre o proletariado e a burguesia, que precedeu a quebra moral e ideológica pela afirmação da autonomia da classe operária. Esta, após ter proclamado que carrega em si todos os elementos reais da vida social, tendo adquirido o vigor e a consciência necessários para impor suas vontades, passará à ação, recusando produzir para a classe burguesa, e esta revolta decisiva será a greve geral. (Pouget, 1908: 47).

Émile Pouget ainda diferencia o sindicalismo revolucionário das concepções de sindicalismo predominantes na Inglaterra, os *trade-unions*, e na Alemanha, o sindicalismo social-democrata (Pouget, 1908: 8). Voltando-se para o contexto interno da França, também diferencia o sindicalismo revolucionário dos sindicatos que ele classifica como “fictícios, e problemáticos e amarelos” (Pouget, 1908: 12), demarcando bem os conflitos pela hegemonia do movimento sindical.

As resoluções da *Carta de Amiens* foram a consolidação do sindicalismo revolucionário, pois a resumiu as tarefas dos sindicatos revolucionários: primeiro preparar a emancipação completa da classe trabalhadora, que só pode ser alcançada através da expropriação capitalista, e em segundo lugar, a defesa da greve geral como meio ação e por fim, considera os sindicatos, que hoje são responsáveis pela resistência, serão, no futuro, os responsáveis pela produção e pela distribuição da riqueza, ou seja, a base da reorganização social:

O Congresso confederal de Amiens confirma o artigo 2, constitutivo da CGT;

A CGT agrupa, fora de toda escola política, todos os trabalhadores conscientes da luta dirigida pela desapareição do assalariado e do patronato...;

O Congresso considera que esta declaração é um reconhecimento da luta de classes que opõe, no terreno econômico, os trabalhadores em revolta contra todas as formas de exploração e de opressão, tanto materiais quanto morais, colocadas em prática pela classe capitalista contra a classe operária;

O Congresso reforça, através dos seguintes pontos, tal afirmação teórica:

Por obra da reivindicação cotidiana, o sindicalismo procura a coordenação dos esforços obreiros, o aumento do bem-estar dos trabalhadores através da realização de melhorias imediatas, tais como a diminuição das horas de trabalho, o aumento dos salários, etc.;

Mas esta tarefa não é senão um flanco da prática do sindicalismo; ele prepara a emancipação integral; que não pode realizar-se senão através da expropriação capitalista; preconiza como meio de ação a greve geral

e considera que o sindicato, hoje agrupamento de resistência, será no porvir o agrupamento de produção e de repartição, base da organização social;

O Congresso declara que esta dupla tarefa, a cotidiana e a do porvir, decorre da situação de assalariado que pesa sobre a classe operária e que faz com que todos os trabalhadores, sejam quais forem suas opiniões ou tendências políticas e filosóficas, tenham o dever de pertencera este agrupamento essencial, que é o sindicato.

Como consequência, no que concerne aos indivíduos, o Congresso afirma a total liberdade do afiliado participar, fora do agrupamento corporativo, das formas de luta que bem corresponderem à sua concepção filosófica ou política, reservando-se à solicitar-lhe, em reciprocidade, que não introduza nos sindicatos as opiniões que professa fora deste;

No que concerne às organizações, o Congresso decide que a fim de que o sindicalismo atinja seu máximo efeito, a ação econômica deve-se exercer diretamente contra o patronato, as organizações confederadas não devem, enquanto agrupamentos sindicais, lidar com partidos e seitas que, fora dele e ao lado dele, podem perseguir com total liberdade a transformação social. (A Carta de Amiens, IXº Congresso da CGT Amiens - 8-13 de outubro de 1906).

Portanto, os princípios do sindicalismo revolucionário são: 1) a revolução social, ou seja, a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, é o resultado das lutas das organizações sindicais e demais movimentos da classe trabalhadora; 2) defender o socialismo é defender a propriedade coletiva; 3) o socialismo é a livre federação das comunas e das associações da classe trabalhadora; 4) a greve geral é um instrumento para a emancipação da classe trabalhadora.

O sindicalismo revolucionário também se desenvolveu, enquanto força social em outros países da Europa, especialmente Espanha, Itália e Portugal, das Américas e na África do Sul. A partir dos estudos de Linden e Thorpe (1992), pode-se entender o sindicalismo revolucionário como fenômeno do trabalho global, isto é, sendo o trabalho um fenômeno global (Van Der Linder, 2008), sua condição de força coletiva, expressa nas suas lutas e organizações, também deve ser entendida como um fenômeno global. Portanto, a corrente do sindicalismo revolucionário, que se desenvolveu no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, constituiu um fenômeno igualmente global.

**Tabela – Sindicalismo Revolucionário**

<b>Sigla</b>	<b>Organização</b>	<b>País</b>	<b>Fundação</b>
NAT	<i>Nationaal Arbeids Secretariaat</i>	Holanda	1883
IWPA	<i>International Working People's Association</i>	EUA	1883
CGT	<i>Confédération Générale du Travail</i>	França	1895

IWW	<i>Industrial Workers of the World</i>	EUA	1905
FORU	<i>Federación Obrera de la Regional Uruguaya</i>	Uruguai	1905
COB	<i>Confederação Operária Brasileira</i>	Brasil	1906
FTCH	<i>Federación de Trabajadores de Chile</i>	Chile	1906
SAC	<i>Sveriges Arbetares Centralorganisation</i>	Suécia	1910
-	<i>“Labour unrest”</i>	Inglaterra	1910
IWW (SA)	<i>Industrial Workers of the World (South Africa)</i>	África do Sul	
CNT	<i>Confederación Nacional del Trabajo</i>	Espanha	1911
USI	<i>Unione Sindacale Italiana</i>	Itália	1912
COM	<i>Casa del Obrero Mundial</i>	México	1914
FORA	<i>Federación Obrera Regional Argentina</i>	Argentina	1914
OBU	<i>One Big Union</i>	Canadá	1919
CGT	<i>Confederação Geral do Trabalho</i>	Portugal	1919
-	<i>Freire Arbeiter - Union Deutschland</i>	Alemanha	1919

Considerando a periodização feita por Linden e Thorpe, pode-se concluir que o sindicalismo revolucionário se desenvolveu entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, sendo a ascensão do nazifascismo e a deflagração da Segunda Guerra Mundial os marcos do seu descenso. Assim, depois de 1945 as concepções do sindicalismo social-democrata e conservador se convertem nas correntes hegemônicas do movimento dos trabalhadores.

### 3. Considerações finais

Nos últimos anos, apesar de ainda incipiente, historiadores e cientistas sociais no Brasil começaram a recuperar a história e os significados do sindicalismo revolucionário. São iniciativas fundamentais, mas faltam o aprofundamento das fontes históricas e do sentido das práticas e concepções dessa proposta de um movimento sindical que desenvolveu uma teoria e um programa revolucionários.

Alguns exemplos dessa iniciativa é a publicação da obra de Edilene Toledo, *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na*

*Primeira República*, em 2004, e da obra de Alexandre Samis, *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*, em 2009. São obras que estudam o sindicalismo revolucionário a partir do movimento operário brasileiro, no caso de Samis, brasileiro e português, entretanto, partem de perspectivas distintas cujas conclusões são bem diferentes.

Edilene Toledo procura argumentar que o sindicalismo revolucionário e o anarquismo seriam concepções socialistas divergentes, que disputaram a consciência operária no início do século XX:

Enquanto para os anarquistas o sindicato era algo a ser combatido ou instrumentalizado como espaço de propaganda que desapareceria na sociedade futura, assim como todas as outras instituições do mundo burguês, para os sindicalistas revolucionários o sindicato seria a base da sociedade futura, por meio da qual os trabalhadores organizariam a produção e a distribuição das riquezas, substituindo a autoridade e as funções do Estado. Enquanto os primeiros sonhavam com uma federação de indivíduos, os segundos imaginavam um mundo que fosse uma federação de sindicatos. Uns apostavam na solidariedade moral, outros numa solidariedade de classe. Enquanto para os sindicalistas revolucionários as vantagens obtidas pelos trabalhadores eram a preparação da sua emancipação, para muitos anarquistas eram parte de um fenômeno nocivo que faria que a sociedade capitalista se perpetuasse. (Toledo, 2004: 15).

A historiadora não apresenta fontes capazes de comprovar sua tese. Ignora os processos históricos de construção das concepções, das práticas e do programa do sindicalismo revolucionário no interior da AIT e na reorganização depois de sua cisão em 1872. A autora também desconsidera os processos de organização proletária no Brasil no final do século XIX e início do século XX, marcado pela relação orgânica entre as concepções anarquistas e o movimento operário, considerando o papel central de anarquistas como o já mencionado Edgard Leuenroth, Domingos Passos (?-?), José Oiticica (1882-1957), dentre outros. A autora ainda busca em Georges Sorel (1847-1922) as bases do sindicalismo revolucionário, ou seja, em um intelectual de um marxismo heterodoxo cuja obra teve pouca capilaridade no movimento operário real. Portanto, Edilene Toledo desenvolve uma argumentação a-histórica, partindo de noções abstratas e superficiais de anarquismo e sindicalismo revolucionário.

Por sua vez, Alexandre Samis tem o mérito de desenvolver uma pesquisa histórica com rigor metodológico e teórico, buscando as fontes primárias e os fatos históricos para entender as relações entre anarquismo e sindicalismo revolucionário.

Os anarquistas organizacionistas no Brasil já haviam entendido a necessidade de se explorar as condições favoráveis proporcionadas pelo ascenso das forças proletárias reunidas em torno do sindicalismo revolucionário. Afinal, os métodos tinham sido herdados da Internacional e em especial do aliancismo que atuou por anos em seu interior. Observando-se as devidas especificidades históricas e econômicas, tratava-se então de colocar em marcha o projeto de revolução contido nas premissas adotadas no Congresso Operário que, pelas circunstâncias já expostas, acontecera antes mesmo da elaboração da Carta de Amiens. (Samis, 2009: 200).

Portanto, ao contrário de Edilene Toledo, Samis aprofunda a pesquisa histórica, considerando aquelas concepções forjadas na AIT e na Aliança de Bakunin as origens do sindicalismo revolucionário e sua presença no Brasil, durante a organização e fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) em 1906.

Pode-se afirmar que Samis se aproxima das teses dos pesquisadores sul-africanos Schmidt e Van der Walt, segundo as quais o sindicalismo

é uma variação do anarquismo, e o movimento sindicalista é parte da ampla tradição anarquista. Isso é aplicável a todas as principais variantes do sindicalismo: o anarco-sindicalismo (que se situa, explicitamente, dentro da tradição anarquista), o sindicalismo revolucionário (que não faz de maneira explícita esta conexão por ignorância ou por uma negação tática de sua ligação com o anarquismo), o deleonismo (uma forma de sindicalismo revolucionário que se reivindica marxista) e o sindicalismo de base (uma forma de sindicalismo que constrói grupos independentes de base que se envolvem com sindicatos ortodoxos, apesar de serem independente deles). O sindicalismo, na essência, é uma estratégia anarquista e não um rival do anarquismo. Quando utilizamos o termo sindicalismo sem prefixos ou qualificações, o fazemos de maneira a descrever todas estas variantes do sindicalismo. (Schmidt e Van Der Walt, 2009: 16).

De fato, com as análises das atas e documentos dos congressos da AIT e das organizações sindicais fundadas a partir da década de 1880, bem como dos boletins operários e das obras e escritos dos anarquistas atuantes no movimento sindical, pode-se concluir que o sindicalismo revolucionário é parte da ampla tradição e experiência de luta do anarquismo. Mas não se pode desconsiderar a atuação decisiva dos coletivistas e federalistas, como foi o caso do belga César De Paepe.

Um ano antes do importante congresso de 1868 da AIT que aprovou as resoluções coletivistas, os belgas prepararam a defesa da propriedade coletiva para a apresentar no congresso de 1867, em Lausanne, porém prevaleceu a posição mais moderada da corrente mutualista de Tolain, por isso, os belgas recuaram e reapresentaram sua defesa no ano seguinte.

Mas nesse mesmo ano de 1867 ocorreu, na mesma cidade e da sequência do congresso da AIT, o congresso da Liga da Paz, que contou com a participação da delegação dos internacionalistas, entre eles De Paepe e Guillaume (Guillaume, 2009: 110-137). Foi nesse espaço que os internacionalistas participaram de um debate público com Bakunin e com os demais aliancistas e, segundo Guillaume, formaram o bloco socialista que rivalizou com os jacobinos e republicanos.

Os bakuninistas e os coletivistas da AIT, em especial os belgas, defenderam posições muito semelhantes. Bakunin apresentou sua tese, *Federalismo, socialista e anti-teologismo*, defendendo o socialismo e o federalismo: “a liberdade sem o socialismo é o privilégio, a injustiça; e que o socialismo sem liberdade é a escravidão e a brutalidade” (BAKUNIN, 1988: 38). Sendo que em sua concepção o federalismo é o sistema político capaz de garantir a liberdade e socialismo é sinônimo de coletivismo. Por seu turno, De Paepe defendeu que “federalismo político supõe federalismo econômico, sem isso, é apenas um engodo; federalismo econômico significa: mutualidade, reciprocidade dos serviços e dos produtos, suspensão de todos os saques do capital sobre o trabalho” (DE PAEPE *apud* Guillaume, 2009: 133).

Essa consonância entre os bakuninistas e os coletivistas belgas foi o resultado de uma mesma base: o anarquismo de Proudhon. Assim, pode-se concluir que foi a confluência entre as concepções coletivistas, dos bakuninistas e dos belgas, no interior da AIT, que deu origem aos princípios, estratégias e do programa sindicalista revolucionária:

1) a defesa da propriedade coletiva; 2) as organizações da classe trabalhadora são consideradas o germe da sociedade futura; 3) a organização da sociedade socialista significa a livre federação das comunas e associações da classe trabalhadora; 4) a Greve Geral é a estratégia principal da luta pela emancipação dos trabalhadores. Ou seja, são concepções sindicalistas revolucionárias porque entendem que as organizações da classe trabalhadora são as protagonistas de toda a luta revolucionária. As concepções coletivistas materializaram a palavra de ordem: “A emancipação dos trabalhadores, será obra dos próprios trabalhadores”.

O anarquista e liderança negra norte-americana, Lorenzo Kom’boa Ervin, ex-Pantera Negra, sintetizou bem a atualidade do sindicalismo revolucionário:

Eu acredito no controle da sociedade e da indústria pelos trabalhadores, então eu sou um Anarco-Sindicalista. Sindicalismo Anarquista é sindicalismo revolucionário, onde as táticas de ação direta são usadas para combater o Capitalismo e tomar conta da indústria. Acredito que os comitês de fábrica, conselhos e outras organizações de trabalhadores

devem atuar nos locais de trabalho, e devem assumir o controle dos Capitalistas depois de uma campanha de ação direta de sabotagem, de greves, de paralisações do trabalho, ocupações de fábricas e outras ações. (Ervin, 2015: 170).

Kom'boa Ervin, nesse trecho da sua obra *Anarquismo e Revolução Negra*, conseguiu sintetizar bem as ideias aqui defendidas: 1) o programa coletivista do sindicalismo revolucionário; 2) o sindicalismo revolucionário com parte da tradição do anarquismo; 3) o lugar central da estratégia é a ação direta. Cujas origens encontramos na atuação dos coletivistas e anarquistas da AIT. Ao mesmo tempo, Kom'boa Ervin lança o desafio da atualização dos princípios e do programa do sindicalismo revolucionário, efetivamente um retorno as origens para construção do futuro.

#### Bibliografia

- ALVES, Giovanni (2003), *Limites do sindicalismo - Marx, Engels e a crítica da economia política*. (2003). Bauru, Práxis.
- BAKUNIN, Mikhail (2014). *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. FERREIRA, Andrey Cordeiro e TONIATTI, Tadeu de Souza (orgs). Niterói, Editora Alternativa.
- \_\_\_\_\_. (1988). *Federalismo, socialismo, antiteologismo*. São Paulo.
- BIHR, Alain (1999). *Da grande noite à alternativa*. 2a ed. São Paulo, Boitempo.
- DA SILVA, Selmo Nascimento (2014). A anarquia social: resistência, insurgência e revolução social na teoria de Bakunin. In *Em Debate*, Florianópolis, n. 11, p. 26-46, jan-jun.
- \_\_\_\_\_. Greves e insurreição: da teoria bakuninista à socialdemocracia contemporânea. In FERREIRA, Andrey Cordeiro (org.) (2016). *Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa; Rio de Janeiro: NEP; FAPERJ, pp. 159-202.
- DOLLÉANS, Édouard (2003). *Histoire du mouvement ouvrier, Tome II: 1871-1936*. Québec, Édition électronique.
- ERVIN, Lorenzo Kom'boa (2015). *Anarquismo e Revolução Negra*. Singular.
- FREYMOND, Jacques (1973). *La Primera Internacional (Tomo I)*, colección de documentos. Bilbao, Edita Zero.

- GARRIGUET, Louis (1912). *L'évolution actuelle du socialisme en France: le mouvement syndicaliste révolutionnaire, son histoire, son originalité, ses doctrines, sa tactique*. Paris, Bloud.
- GUILLAUME, James (2009). *A Internacional: documentos e recordações, volume I*. São Paulo, Imaginário.
- \_\_\_\_\_ (1909). *L'Internationale: documents et souvenirs (1864-1878)*. Tome III. Paris, P.-V. Stock.
- GURVITCH, George (1980). *Proudhon e Marx*. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes.
- GRAHAM, Robert. (2015) *"We do not fear anarchy - we invoke it": the First International and the origins of the anarchist movement*. Oakland, AK Press.
- LEUENROTH, Edgard (1933) *A Plebe*, Nova Fase, número 36.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (2010) *Collected works: Volume 44 Marx and Engels – Letters 1870-73*. Lawrence & Wishart; Electric Book.
- MOSS, Bernard H (1980). *The origins of the french labor movement - 1830-1914: the socialism of skilled workers*. Berkeley; London; Los Angeles: University of California Press.
- NETTLAU, Max (2008). *História da anarquia: das origens ao anarco-comunismo*. São Paulo, Hedra.
- POUGET, Émile. (1921). *L'action directe*. Nancy, Édition du "Réveil ouvrier". (Bibliothèque de documentation syndicale, n° 5).
- \_\_\_\_\_. (1908) *La Confédération Générale du travail*. Paris, M. Rivière. (Bibliothèque du mouvement socialiste, II).
- SAMIS, Alexandre (2009). *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa, Letra Livre.
- SCHIMIDT, Michael e VAN DER WALT, Lucien. (2009) *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: Ak Press.
- THORPE, Wayne (1989). *"The Workers Themselves": Revolutionary Syndicalism and International Labour, 1913-1923*. Boston, Kluwer Academic Publishers.
- TOLEDO, Edilene (2004). *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo, Perceu Abramo.
- VAN DER LINDEN, Marcel (2008). *Workers of the World. Essays toward a Global Labor History (Studies in global social history)*. Brill: Leiden; Boston.

\_\_\_\_\_ y THORPE, Wayne (1992). Auge y decadencia del sindicalismo revolucionario. *Historia Social* (12): 3-30.